

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.532.045 - RS (2019/0187532-2)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : ALISSON DOS SANTOS CAPPELLARI - RS046946
AGRAVADO : JOSÉ LUIZ CADORIN - ESPÓLIO
AGRAVADO : CARLOS ALBERTO BORTOLUZZI - ESPÓLIO
REPR. POR : JULIANO DE CAMPOS BORTOLUZZI
ADVOGADOS : GUILHERME CARPENEDO MARTINS NETTO - RS065016
ALEXANDRE LOREA MAGALHÃES - RS062323

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto por BANCO DO BRASIL S.A. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, insurgiu-se contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. CUMPRIMENTO PROPOSTO APENAS CONTRA O BANCO DO BRASIL S/A. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. Havendo condenação solidária entre a União e o Banco do Brasil, não é obrigatório o litisconsórcio passivo na fase executiva, uma vez que, condenados solidariamente, todos os devedores respondem pela integralidade da dívida, nos termos do artigo 275 do Código Civil, sendo facultado ao credor dirigir a execução contra todos ou apenas a um deles, de forma que, havendo a fase executiva sido intentada somente contra o Banco do Brasil S/A, é competente para tanto a Justiça Estadual, e não a Federal. AGRAVO PROVIDO" (fl. 210 e-STJ).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Nas razões do especial, o recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, violação dos artigos 43, 526, 1.022, 1.025 do CPC/2015; 93 e 98 do CDC.

Sustenta omissão no julgado quanto à análise dos artigos 43, 526 do CPC/2015; 93 e 98 do CDC.

Menciona que o processo deve tramitar no juízo federal.

Aduz que

"(...) a sentença da ação coletiva foi proferida por Juízo da Justiça Federal. Logo, o Juízo competente para cumprimento de sentença das demandas individuais obrigatoriamente deve ser da Justiça Federal, nos termos do artigo 516, inciso I, do atual Código de Processo Civil" (fl. 264 e-STJ).

Contrarrazões às fls. 318/332 e-STJ.

Na decisão de admissibilidade (fls. 336/341 e-STJ), foi negado seguimento ao recurso pelo Tema Repetitivo 315/STJ no tocante à competência da justiça estadual para processar o feito, bem como não admitido pelas demais questões.

No tocante ao emprego do recurso repetitivo foi interposto agravo interno (fls. 348/356 e-STJ), tendo sido julgado conforme se observa às fls. 417/423 e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A insurgência não merece prosperar.

Quanto à alegada violação do art. 1.022 do CPC/2015, no recurso especial há somente alegação genérica dos artigos, sem especificação das teses que supostamente foram violadas ou não fundamentadas pelo acórdão recorrido.

Ante a deficiente fundamentação do recurso nesse ponto, incide a Súmula 284 do STF: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia"*.

A esse respeito:

'AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. OMISSÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. RESCISÃO DO CONTRATO DE SEGURO-SAÚDE. VIGÊNCIA POR 60 DIAS, A CONTAR DA DATA EM QUE PROTOCOLADO O PEDIDO JUNTO À SEGURADORA. PLEITO JÁ ACOLHIDO NAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. AFERIÇÃO DO TERMO INICIAL E FINAL DESSE PRAZO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. Quanto à alegada violação ao art. 1.022 do CPC/2015, ratifica-se a aplicação do óbice da Súmula n. 284 do STF, tendo em vista que a recorrente limitou sua insurgência, no particular, a apontar que o acórdão recorrido não apreciou textos de lei. No caso, a aludida contrariedade foi deduzida genericamente, o que caracteriza deficiência na fundamentação, não permitindo vislumbrar a aduzida violação, pois ela não logrou demonstrar efetivamente a omissão do acórdão recorrido quanto ao ponto.

2. A parte ora agravante carece de interesse recursal, uma vez que a sua pretensão já foi atendida pelo TJSP, não havendo sucumbência a

Superior Tribunal de Justiça

amparar o recurso especial em apreço. Ainda que se considere subsistir a divergência a respeito do termo a quo ou ad quem do prazo de 60 (sessenta) dias, não haveria como alterar a cognição constante do aresto impugnado, uma vez que tal providência demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório do feito, o que não se admite nesta instância extraordinária, em decorrência do óbice da Súmula 7/STJ.

3. Agravo interno improvido"

(AgInt no AREsp 1.453.720/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/11/2019, DJe 21/11/2019)

Com relação ao art. 526 do CPC/2015, verifica-se que a matéria versada não foi objeto de debate pelas instâncias ordinárias, sequer de modo implícito, e, nos embargos declaratórios opostos, não se provocou o pronunciamento acerca da questão.

Nessa circunstância, ausente o requisito do prequestionamento, incide o disposto na Súmula nº 282 do STF: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada"*.

Por fim, não cabe apreciar os demais dispositivos alegados, já que abarcados pela tese do recurso repetitivo, assim como a divergência jurisprudencial.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Deixo de aplicar o art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015 pela ausência de prévia fixação na origem.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator